A GRANDE GREVE DOS MINEIROS POR EMPREGOS E A DISPUTA DE HEGEMONIA SOB O THATCHERISMO

*THE GREAT MINER'S STRIKE FOR JOBS AND THE STRUGGLE FOR HEGEMONY
UNDER THATCHERISM*

LUAN MORETE DA CUNHA VERANI¹

Resumo

Neste trabalho, buscamos situar a análise das expressões de consciência de classe em meio ao embate ideológico protagonizado pelo governo de Thatcher, campeã do neoliberalismo, e os mineiros de carvão grevistas durante a notória mobilização da categoria em 1984-5. Discutimos como esse embate revela projetos societários diametralmente opostos, permitindo melhor compreender como a constituição da hegemonia neoliberal possui desde sua origem uma intenção consciente e direcionada de questionar e deslegitimar a consciência de classe dos trabalhadores, argumentando que a crise da subjetividade da classe trabalhadora não é acidental, ainda que só tenha sido possibilitada por transformações na realidade material ligados ao desenvolvimento histórico do capital.

Palavras-chave: greves, neoliberalismo, hegemonia.

Abstract

In this paper, we seek to situate the analysis of expressions of class consciousness in the midst of the ideological clash between the Thatcher government, champion of neoliberalism, and the striking coal miners during the notorious mobilization of the category in 1984-5. We discuss how this clash reveals diametrically opposed societal projects, allowing us to better understand how the constitution of neoliberal hegemony has had, since its inception, a conscious and directed intention to question and delegitimize the class consciousness of workers, arguing that the crisis of the subjectivity of the working class is not accidental, even though it has only been made possible by transformations in material reality tied to the historical development of capital.

Keywords: strikes, neoliberalism, hegemony.

¹ Professor da Rede Pública Municipal de Educação de São Pedro da Aldeia e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

A Grande Greve dos Mineiros por Empregos² de 1984-85 apresenta-se como marco na história do neoliberalismo, sobretudo do modo como esse paradigma redefiniu a luta de classes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Realizada em resposta sobretudo ao plano do governo de Margaret Thatcher de fechamentos ostensivos de minas de carvão, a greve foi a mais longa da história do Reino Unido, tendo durado quase um ano e parado cerca de cem mil trabalhadores. Não obstante, foi derrotada sem que os mineiros conseguissem do governo nenhuma concessão. O setor de mineração de carvão foi virtualmente extinto no país nos anos seguintes, o que representou não apenas uma reconfiguração da sua política energética e das economias de regiões carboníferas, mas também a dissolução de um dos pilares do sindicalismo britânico.

Não seria exagero afirmar que os mineiros de carvão protagonizaram a luta de classes britânica ao longo do século XX, tendo estado no centro de todas as principais confrontações sindicais do país, notadamente as agitações de 1910–14, a Greve Geral de 1926 (iniciada pelos mineiros e seguida de uma mais longa greve apenas do segmento), a onda de greves de 1970–74, e, é claro, a greve de 1984-85 (Callinicos, Simons, 1985, parte 2). Organizados nacionalmente na National Union of Mineworkers (NUM), constituíam a mais sólida base eleitoral do Partido Trabalhista, no qual votavam em bloco de forma consistente. Seu peso era tamanho que, nos distritos parlamentares dominados pelo setor carbonífero, “deputados mineiros” eram regularmente eleitos, chegando a dezenas de representantes no Parlamento durante o entreguerras (Beynon, 1994, p. 3).

Se o governo Thatcher justificava a necessidade dos fechamentos de minas com o argumento de que a atividade mineradora (sob monopólio estatal desde 1948) não mais era rentável, autores como Alex Callinicos e Mike Simons contestam as suas reais intenções: o objetivo estratégico de Thatcher com os fechamentos de minas seria antes de tudo político, dadas justamente a força dos mineiros de carvão e a sua tradição militante (Callinicos, Simons, 1985, parte 2). Quebrar a resistência do setor implicava em impor uma derrota significativa a todo o sindicalismo britânico. Já o seu objetivo imediato com os fechamentos era ainda mais contraditório com as intenções declaradas: buscava-se elevar o exército industrial de reserva, ou, em outras palavras,

² “Great Miner’s Strike for Jobs” é como os militantes engajados no movimento celebram a sua memória. Em reconhecimento a essa escolha e entendendo a necessidade de reafirmar a principal bandeira dos grevistas — o emprego — em oposição à narrativa thatcherista, optamos por utilizá-lo sempre que possível.

deliberadamente aumentar os índices de desemprego, em uma ruptura com a política de pleno emprego característica do Estado de bem-estar social, a fim de promover um rebaixamento geral dos salários.

Em ambos os objetivos o thatcherismo foi bem-sucedido. Neste trabalho, discutiremos como esse episódio da luta de classes britânica pode ser entendido a partir das noções gramscianas de Estado Ampliado e disputa de hegemonia, relacionando-o ao contexto de formação do neoliberalismo, da qual Thatcher foi uma das principais campeãs.

1. O neoliberalismo como ofensiva antidemocrática

Maria Lúcia Duriguetto aponta para o aparecimento de sinais de esgotamento do Estado de bem-estar social e do ciclo de expansão econômica que o havia sustentado no início da década de 1970. A autora identifica nesse esgotamento a constituição de uma **crise estrutural do capital**, que ensejou como resposta deste e do Estado uma ofensiva contra os direitos sócio-políticos conquistados na fase expansiva anterior — aquilo que viria a ser conhecido como **projeto neoliberal**. A sustentação material desse projeto encontra-se na reestruturação produtiva, por meios como a precarização do trabalho e a redução do poder sindical, constituindo-se em um novo “regime de acumulação” (Duriguetto, 2007, pp. 80-82).

Autores como os historiadores marxistas Eric Hobsbawm e Perry Anderson e o linguista e pensador Noam Chomsky observam que, apesar do nome, o fenômeno neoliberal pouco tem de novo. Anderson traça suas origens até o imediato pós-guerra, quando teria surgido na forma de uma reação intelectual em oposição ao Estado intervencionista e de bem-estar de orientação keynesiana (Anderson, 1995, pp. 9-23). Essa reação teria se tornado necessária porque, desde a Primeira Guerra Mundial, e, sobretudo, desde a crise de 1929, o pensamento liberal clássico havia perdido sua posição hegemônica nas sociedades capitalistas. É partir da década de 1970, no entanto, que a sua versão neoliberal é adotada como projeto em detrimento das diferentes formas de intervencionismo então vigentes, particularmente da sua faceta social expressa no Estado de bem-estar. Com relação ao mercado de trabalho, por exemplo, Hobsbawm aponta que o pleno emprego fora uma política deliberada dos Estados capitalistas no pós-guerra com o propósito de conter tensões sociais, mas que seria totalmente abandonada com o advento da crise estrutural (Hobsbawm, 1995, pp. 100, 267).

Ainda que dê continuidade ao pensamento liberal clássico, o neoliberalismo da segunda metade do século XX tem como característica própria e particularmente pronunciada a oposição à participação política popular (Anderson, 1995, p. 10). Chomsky, por exemplo, caracteriza o chamado “consenso de Washington”, marco do neoliberalismo, como um conjunto de princípios orientados para o mercado com o propósito claro de excluir as populações de qualquer participação efetiva na tomada de decisões que impactem a economia (Chomsky, 202, pp. 9-10). Anderson, que também aponta para o caráter fundamentalmente antidemocrático dessa corrente de pensamento, afirma que o “remédio” por ela prescrito para a conjuntura de crise previa manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder especialmente dos sindicatos, mas parco nos gastos sociais e em intervenções econômicas. Isso seria conseguido por meio da observância à disciplina orçamentária e da manutenção de um exército industrial de reserva, o que explica o abandono da política do pleno emprego.

Duriguetto traça as origens intelectuais dessa postura antidemocrática até a tradição liberal do “elitismo democrático”, inaugurado por Joseph Schumpeter, que o neoliberalismo teria reatualizado (Duriguetto, 2007, pp 74-78). Remetendo a Max Weber, que via nos processos eleitorais modernos uma forma de seleção, pelo consenso passivo das massas, de líderes que subordinam o aparelho burocrático, Schumpeter negava a possibilidade de existência de uma “vontade popular” — na sua visão, haveria apenas indivíduos agindo de acordo com seus interesses particulares, sendo qualquer expressão daquela “vontade” algo manufaturado por manipuladores. Por isso mesmo, para Schumpeter e outros elitistas, a participação política ativa das massas deveria ser combatida para o bem do próprio sistema democrático. Outro precursor do pensamento neoliberal particularmente relevante para o caso que estudamos é Friedrich von Hayek, que, como lembrado por Thiago Romão de Alencar, esteve desde os anos finais da Segunda Guerra Mundial argumentando sobre o perigo que o “coletivismo” representado pelo sindicalismo britânico representaria para a ordem política britânica (Alencar, 2018, pp. 3-6). Assim, o neoliberalismo apresenta como meta “liberar o sistema político do excesso de democracia” para salvar a própria — reduzida a um entendimento estreito que a identifica com os “direitos civis” (Duriguetto, 2007, p. 90).

Essas posições seriam claramente expressas no relatório “The crisis of democracy”, publicado em 1975 pela Comissão Trilateral, um órgão composto por intelectuais dos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Citando Schumpeter nominalmente, bem como Alexis de Tocqueville, precursor do primeiro em mais de um

século, os autores afirmam que a democracia, que eles formalmente defendem, não é autossustentável, possuindo “riscos intrínsecos” que são tão maiores quanto mais democrática for a sociedade: enquanto aumentam as demandas sobre o governo democrático, a capacidade deste de atendê-las entraria em estagnação. Esses “riscos intrínsecos” teriam personificação em diversos grupos sociais: a aristocracia, os militares, a classe média e a classe trabalhadora, essa última sobretudo por meio do socialismo revolucionário. Não é redundante fazer notar que a burguesia não é listada (na realidade, sequer é concebida como ator social no texto), o que nos sugere que o tipo de democracia que os autores vêem sob ameaça é precisamente aquela hegemônica por esta classe (Huntington, Crozier, Watanuki, 1975, pp.6-8).

Assim, os autores apresentam uma leitura do contexto de publicação do documento em que apontam para um clima geral de pessimismo com a democracia (liberal-burguesa) nos países de capitalismo industrializado, associado a um pessimismo com a economia. Ao buscarem explicar esse cenário, os autores concluem que a “feliz congruência de circunstâncias para a democracia” que teria marcado os 25 anos do pós-guerra nos “países trilaterais” havia chegado ao fim (Huntington, Crozier, Watanuki, 1975, p. 158-161) — em essência, argumentam, porque as expectativas das massas, que haviam aumentado naquele período com a instituição do Estado de bem-estar, não podiam mais ser atendidas, o que gerava o temido descontentamento popular. O quadro pintado pelos autores é o de tendências inflacionárias causadas pelo “inchaço do Estado”, por sua vez, resultante da expansão democrática, de modo que, em suma, atribuem a crise econômica ao excesso mesmo de democracia.

Não obstante, os autores afirmam que a “ideologia baseada em classes” estaria em declínio, se não mesmo em vias de extinção (Huntington, Crozier, Watanuki, 1975, p. 160-163). De forma contraditória com esse argumento, contudo, o relatório vê precisamente nos conflitos que a tradição marxista reconheceria como luta de classes o cerne da “crise da democracia”: a política democrática teria perdido seu propósito e se tornado mais uma arena para a afirmação de interesses conflitantes do que um esforço para a construção de propósitos em comum, na leitura dos autores a sua verdadeira finalidade, caracterizando-se um cenário de “democracia anômica”. Como sintoma de tal anomia, os autores citam o enfraquecimento da autoridade de lideranças sindicais — enfraquecimento que, é importante ressaltar, entendem como algo negativo. Sendo a concepção de democracia dos autores orientada pela busca do consenso em detrimento do conflito e pela rejeição do engajamento popular, afirmam que o fortalecimento das

lideranças sindicais em relação aos próprios sindicalizados seria positivo para o controle da atuação dos segundos e para a implementação de uma política salarial nacional. A pretensão neoliberal de “romper com o poder dos sindicatos” apontada por Anderson não passava pela eliminação destes enquanto instituições, mas, ao contrário, pela sua conversão em instituições de promoção do consenso ao invés do conflito.

2. Thatcher, o sindicalismo e os mineiros de carvão

O objetivo fundamental perseguido pelo governo Thatcher na condução da economia era a recomposição da taxa de lucro do capital britânico (Callinicos, Simons, 1985, parte 2). Evidentemente, tal agenda não fora colocada em pauta apenas com a eleição da primeira-ministra, mas já o fora pela própria crise econômica da década de 1970. O governo do também conservador Edward Heath (1970-74) buscara impor controles salariais impositivos, o que provou-se um desastre político, ensejando duas greves de mineiros, à segunda das quais o governo respondeu convocando eleições gerais antecipadas — e perdendo-as para os trabalhistas.

Essa experiência recente impunha a necessidade de uma mudança de estratégia dos conservadores uma vez que retornassem ao poder. Na perseguição do objetivo de recomposição da taxas de lucro, ao invés de tentar impor controles salariais altamente impopulares, o governo Thatcher procuraria pressionar a força de trabalho, como mencionamos na introdução, recompondo o exército industrial de reserva do país (Callinicos, Simons, 1985, parte 2). Sobre os resultados dessa empreitada, Thiago Romão de Alencar nos traz os seguintes dados:

“Sob Thatcher, o desemprego, que no início de seu mandato atingia 5,4% da força de trabalho (o equivalente a 1 milhão e 234 mil trabalhadores), chegou a 12% três anos depois, ultrapassando a marca dos dois milhões para, dali a mais dois anos, alcançar o patamar histórico de mais de três milhões de pessoas sem emprego em 1985.”³ (Alencar, 2018, p. 99)

Esses feitos extraordinários foram possíveis graças à quebra da resistência organizada dos trabalhadores. Alencar aponta que um dos movimentos do governo foi no sentido de enquadrar a atividade sindical dentro de parâmetros jurídico-políticos que quebrassem a sua combatividade, facilitando o manejo das relações de trabalho pelo capital, precisamente como recomendado pela comissão trilateral. A esse movimento,

³ Observe que esse patamar histórico foi atingido no ano da derrota da greve dos mineiros de carvão.

Bernard Edelman, citado por Alencar, denomina de “legalização da classe operária”, por meio da qual os trabalhadores seriam tomados “não enquanto classe, mas enquanto somatório de indivíduos, de cidadãos” (Alencar, 2018, p. 107), dotados de direitos como tais, mas alijados de agência coletiva.

A forma como isso se deu sob o governo Thatcher foi marcada pela especificidade jurídica britânica com relação à sindicalização, já que nunca houve estatuto que regulamentasse os “direitos” dos trabalhadores a ela (ou às greves). O que havia era uma espécie de “vácuo legal”, que isentava os sindicatos de regulamentações próprias a outras organizações, mas tampouco lhes conferia um papel definido nas relações trabalhistas. De forma análoga, os sindicatos não possuíam autoridade formal sobre seus filiados, nem o TUC (Trade Union Congress, maior central sindical do país) sobre os sindicatos individuais. Dessa forma, eram comuns nesse período as greves não-oficiais, puxadas por militantes de base (Alencar, 2018, pp. 100-101).⁴ Esse vácuo jurídico teve fim com o *Employment Act* de 1980 (ano seguinte à eleição de Thatcher) que restringia a atividade sindical, e a um outro *Employment Act* em 1982, que essencialmente “transformava os sindicatos em associações coletivas comuns, passíveis de serem processados e multados” (Alencar, 2018, pp. 105-106).

Sobre os resultados dessas medidas, Alencar nos informa que:

“A porcentagem de trabalhadores sindicalizados caiu de 55% em 1979 para 34% em 1991, de 13,5 milhões de trabalhadores em 1979 para apenas 8,2 milhões em 1994; a proporção de locais de trabalho que reconheciam os sindicatos caiu de 66% para 53% no mesmo período, e apenas 30% das novas empresas surgidas dos anos 1980 em diante aceitavam representantes sindicais em seus estabelecimentos; o alcance das negociações coletivas, que atingiam 71% dos empregados em 1984, caiu para 54% em 1990. O dado mais alarmante, sem dúvidas, é o relativo ao número de greves: das 2.125 greves em 1979 envolvendo 4 milhões e 608 mil trabalhadores – índices já menores em relação à década anterior, mas ainda sim respeitáveis –, chegamos a apenas 369 greves em 1991, mobilizando 176 mil trabalhadores.” (Alencar, 2018, p. 109)

Não obstante a tônica thatcherista de ofensiva geral contra o sindicalismo, alguns segmentos mereceram atenção especial do governo. De todos eles, o mais visado foi justamente o dos mineiros de carvão. Nas palavras de Callinicos e Simons:

⁴ A própria greve dos mineiros de 1984-85 começou dessa forma, sendo oficializada pelo executivo da NUM apenas posteriormente.

“A americanização do movimento sindical britânico⁵ poderia ser atingida apenas por meio do enfrentamento e derrota decisiva de um grupo particularmente poderoso de trabalhadores. Os candidatos óbvios eram os mineiros. Eles foram o único segmento considerável da classe trabalhadora a ter resistido com sucesso ao desmonte da sua indústria durante o primeiro mandato de Thatcher.” (Callinicos, Simons, 1985, parte 2, tradução nossa)

Assim, durante esse primeiro mandato (1979-83), o governo Thatcher fizera extensos preparativos para conter uma greve dos mineiros de carvão, semelhante às que haviam derrubado o governo Heath, confrontação tida como a mais provável desde 1978, quando, ainda na oposição, os conservadores faziam planos para uma eventual volta ao poder (Callinicos, Simons, 1985, parte 2). As medidas incluíam a composição de estoques de carvão e planos para a sua possível importação. Ao término desse primeiro mandato, contudo, e a despeito da elevação alarmante do desemprego, Callinicos e Simons afirmam que o governo havia falhado em seu objetivo de aumentar as taxas de lucro, o que precipitou uma investida mais agressiva contra o sindicalismo após as eleições gerais de 1983, disputadas na esteira da vitória militar britânica nas Malvinas e que deram a Thatcher seu segundo mandato. Naquele ano, o industrial estadunidense Ian MacGregor foi nomeado para o comando do National Coal Board, órgão que controlava a mineração de carvão no Reino Unido desde a nacionalização do setor, a fim de implementar um amplo plano de fechamentos de minas. A trajetória da indústria de carvão britânica nas décadas anteriores vinha sendo marcada pelo declínio no volume de mão de obra empregada. Em 1984, estimava-se que a combinação da automação da indústria com os fechamentos pretendidos pelo governo resultariam, em cinco anos, no fechamento de cerca de cem mil postos de trabalho.

A justificada apresentada para o plano era o argumento de que a mineração de carvão não trazia retorno para a economia britânica, ainda que o país permanecesse fortemente dependente dessa fonte de energia. Os danos ambientais decorrentes da queima de carvão não eram uma preocupação para o governo, que planejava substituir o minério extraído nacionalmente por combustíveis fósseis importados (inclusive carvão, sobretudo o minerado em países com mão de obra mais precarizada, como a Colômbia e a África do Sul) e por energia nuclear (Jenkinson, Metcalf, Harvey, 2014, p. 27).

⁵ Isto é, para os autores, uma tentativa de torná-lo impotente e subserviente, à imagem da avaliação que tinham do sindicalismo estadunidense.

3. Em busca de um “consenso antissindical”

É fato conhecido que as primeiras experiências (ou experimentos) neoliberais ocorreram sob regimes ditatoriais, sendo o caso do Chile sob o general Pinochet o mais paradigmático (Anderson, 1995, pp. 8-12). Em contrapartida, o modelo thatcherista de neoliberalismo, que Perry Anderson caracteriza como “o pioneiro e o mais puro”, se por um lado ele jamais abriu mão de utilizar métodos coercitivos, tampouco procurou romper com a constitucionalidade liberal vigente no Reino Unido. O que permitiu que governos como o de Thatcher implementassem projetos impopulares sem precisar recorrer às práticas de ditaduras como a de Pinochet, e conseguissem inclusive preservar considerável nível de apoio eleitoral?

Maria Lúcia Duriguetto aponta para uma transformação no processo de legitimação do sistema capitalista sob o neoliberalismo, deslocada da esfera “pública” do Estado para a esfera privada da sociedade civil, por sua vez equalizada ao mercado (Duriguetto, 2007, pp. 88-90). Aqui é apropriado que nos detenhamos brevemente na discussão sobre a categoria “sociedade civil”. Provavelmente o autor mais frequentemente resgatado para abordá-la, Antonio Gramsci tratou-a como o par dialético da “sociedade política”, constituída pelos órgãos de Estado em sentido estrito. Citando o estudioso de Gramsci Guido Liguori, Sonia Regina de Mendonça faz lembrar que “o esquema simplificado segundo o qual Estado corresponde à coerção e a sociedade civil à hegemonia, reduz, em muito, a complexidade da análise gramsciana [...] onde inexiste uma rigorosa divisão entre ambas as esferas”, sendo a unidade de ambas, para o pensador, sempre “orgânica”, e sua distinção unicamente “didática” (Mendonça, 2014, pp. 34, 37). À unidade entre essas esferas é que os continuadores do pensamento gramsciano denominam “Estado ampliado”, reforçando assim a importância do caráter de totalidade da sua perspectiva do Estado.

Segundo Mendonça, para Gramsci:

“a marca peculiar ao Estado capitalista, desde sua época, reside no fato dele guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso – consentimento – obtido, segundo ele, através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado. Logo, política e Estado são inseparáveis da cultura [...]” (Mendonça, 2014, pp. 38)

A combinação entre força e consenso Gramsci caracteriza como exercício “normal” da hegemonia, entendendo que aquelas duas categorias pareadas:

“se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força **pareça apoiada no consenso da maioria**, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2000, v. 3, p. 95, *apud* Mendonça, 2014, p. 37, grifo nosso)

A partir dessa relação dialética nos é possível tratar do modo como o governo Thatcher conduziu a implementação do seu projeto de reformas. Por um lado, buscou (e, no nosso entendimento, obteve) o consentimento de amplo segmento da sociedade britânica para seu projeto, pelos mais variados meios, sendo instrumental o apoio da grande imprensa, que pode ser classificada na esfera da “sociedade civil” — muito embora, como considerado, esse papel não lhe fosse exclusivo, e a atuação da imprensa na produção do consenso tenha sido realizada em estreita colaboração com o governo. Por outro lado, este último não teve grandes pudores em usar a força contra os grevistas. Comunidades mineiras foram colocadas sob efetiva ocupação policial, milhares de mineiros foram presos ou feridos em confrontos diretos com a polícia, que cerceava o direito dos grevistas de constituírem piquetes nas minas (Callinicos, Simons, 1985, partes 4, 6). De forma mais sutil, mas não menos efetiva, o Estado por meio do judiciário também tentou coagir a NUM a suspender a greve congelando os seus ativos, aplicando a legislação antissindical elaborada pelo governo conservador. Nem por isso o governo deixou de apresentar essas formas de coerção como legítimas e “apoiadas no consenso da maioria”.

O discurso adotado pelos opositores da greve (tanto no governo como na grande imprensa) ecoa as colocações de autores adeptos do “elitismo democrático” como Schumpeter. Os grevistas eram retratados como uma massa manipulada por líderes como Arthur Scargill, presidente da NUM, interessados apenas em fazer valer sua agenda pessoal de poder; os interesses dos grevistas eram apresentados como em oposição aos da sociedade britânica como um todo, silenciando-se os argumentos do movimento em favor da importância da atividade mineira para a economia do país, especialmente para o mercado de trabalho; notadamente, a militância sindical (participação popular ativa) era retratada como em contradição direta com a

democracia. E, para parte expressiva da sociedade britânica (e dos trabalhadores), esse discurso correspondia à realidade.

4. A derrota dos mineiros em perspectiva

Eric Hobsbawm, ao discutir o declínio de instituições históricas das classes trabalhadoras como sindicatos e partidos trabalhistas, socialistas e comunistas precisamente no período de constituição do neoliberalismo argumenta que se configurava “uma crise não de classe, mas de sua consciência” (Hobsbawm, 1995, pp 299-301). Em suma, essas instituições teriam perdido a capacidade de representar um grande coletivo de pessoas, que cada vez menos se entendia como *uma* classe trabalhadora. Em contrapartida, o crescimento eleitoral da direita, representada por figuras como Thatcher, é associado por Hobsbawm ao surgimento de um novo sentido de ressentimento social e a uma inédita tendência de parte dos trabalhadores "qualificados e respeitáveis" à direita política.

Essas colocações de Hobsbawm trazem uma série de implicações sobre as quais não será possível entrar em pormenores neste trabalho. Cabe considerar, não obstante, que elas partem de uma concepção sobre “consciência de classe” afim à de seu colega E. P. Thompson (ainda que não idêntica), segundo a qual a noção é interpretada como um fenômeno histórico diretamente relacionado às experiências coletivas de vida e luta dos trabalhadores. Antes de Thompson, Gramsci, que lhe serviu de inspiração, concebeu diferentes níveis de consciência e ação coletivas.

O revolucionário sardo deu destaque à conceituação das relações de força que atuam em determinado período histórico, discriminando três diferentes “momentos” ou “graus”: o das relações de forças estritamente materiais, independentes da vontade humana; o das relações de forças políticas; e o das relações de forças “militares”. Para o pensador, “o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo” (Gramsci, 2020, pp. 36-46, trecho citado na página 43). Este último ocupa, por isso, papel de destaque na concepção de história de Gramsci, que afirma ser aqui que deve ocorrer a avaliação “do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançada pelos vários grupos sociais” (idem). Para o pensador, o grau mais elevado seria:

“aquele em que se adquire a consciência de que **os próprios interesses corporativos**, em seu desenvolvimento atual e futuro, **superam o círculo corporativo**, de grupo

meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.” (Gramsci, 2020, p. 43, grifos nossos).

Se a greve dos mineiros pode ser situada nesse “terceiro momento” das confrontações políticas imediatas, consideramos que ela também nos permite fazer algumas considerações sobre o “segundo momento”, aquele da articulação entre a confrontação “greve dos mineiros” e as mudanças socioeconômicas que a Grã-Bretanha vivia nas décadas de 1970 e 1980.⁶ No episódio em questão, a identidade entre os interesses dos mineiros e os da “classe trabalhadora como um todo” foi um ponto de contenda. Os grevistas argumentariam que a defesa dos postos de trabalho no setor carbonífero, principal bandeira da greve, era de interesse de todos os trabalhadores, a fim de reivindicar seu apoio e sua lealdade, ensejando a sua designação como “Grande Greve dos Mineiros por Empregos”. Já os opositores da mobilização, em linha com a posição do governo, afirmariam que a demanda dos mineiros era meramente corporativa, em defesa de uma atividade economicamente insustentável e em detrimento de um difuso interesse nacional.

Gramsci também associa a “superação do círculo corporativo” à noção de hegemonia, à qual boa parte dos autores citados neste artigo fazem referência mais ou menos explícita para tratar do neoliberalismo. Nas suas palavras,

“Esta é a fase mais estritamente política (...); é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta **não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’**, criando assim **a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados**” (Gramsci, 2020, pp. 41-42, grifos nossos)

Na medida em que os mineiros buscavam dar um sentido universal às demandas que lhes eram particularmente caras, e na medida em que esse esforço encontrava amparo de outros setores da sociedade britânica, consideramos que a greve de 1984-5 foi parte de um esforço consciente de resistência à tentativa thatcherista de estabelecer o seu projeto hegemônico sobre aquela sociedade. Tal luta se deu em pelo menos três

⁶ Comparando a luta política com a guerra militar propriamente dita, Gramsci equipara as greves a “guerras de movimento”. Ver a nota §134 do caderno 1, que na nossa edição dos *Cadernos* encontra-se nas páginas 126-127.

instâncias: no próprio segmento mineiro, cuja unidade foi seriamente abalada pelo boicote de uma expressiva minoria à greve; no conjunto do movimento sindical britânico, dividido entre o apoio ativo à causa mineira, um apoio vacilante ou a franca oposição; e na sociedade britânica como um todo, para a qual o movimento grevista apresentavam-se como antítese do thatcherismo: enquanto a primeira-ministra defendia que “não há sociedade, apenas indivíduos”, os mineiros grevistas apelavam a um sentido tradicional de solidariedade de classe, naquele momento sob forte questionamento, mas que ainda encontrava respaldo mesmo em grupos sem vínculo histórico com o sindicalismo mineiro, como o célebre caso do grupo “Gays e Lésbicas Apoiam os Mineiros” (GLSM).

Não obstante esses inusitados apoios angariados pelo esforço grevista, ele não escapa da avaliação de Duriguetto a respeito das ações de luta do movimento operário nesse período, que a despeito de sua combatividade não conseguiu “converter-se num projeto social hegemônico dos trabalhadores, contrário ao do capital” (Duriguetto, 2007, pp. 84-85). As razões para isso no caso específico dos mineiros são muitas e já foram extensamente avaliadas pela historiografia: a prevalência entre as lideranças sindicais mineiras de uma política conciliatória associada em particular ao Partido Trabalhista, a dependência das frações mais combativas em relação aos setores majoritários, as diferenças regionais entre comunidades mineiras, a própria obsolescência econômica e ecológica do carvão enquanto fonte de energia, a prevalência de um ideário de trabalhador entre os mineiros marcado pela masculinidade e a branquitude. Não obstante, são poucos os casos de enfrentamento tão resolutivo e dramático ao nascente neoliberalismo em países de industrialização mais antiga, o que coloca a Grande Greve dos Mineiros por Empregos em um lugar de destaque na história da luta de classes sob essa expressão do capitalismo.

Referências

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ALENCAR, Thiago Romão de. **De joia da Coroa a inimigos públicos número um: Hayek, Thatcher e a legislação antissindical no Reino Unido dos anos 1980**. Revista História e Luta de Classes, v. 14, n. 26, setembro de 2018.

BEYNON, Huw. **A destruição da classe operária inglesa?** Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, novembro de 1994. Tradução de Vera Pereira, p. 3.

CALLINICOS, Alex; SIMONS, Mike. **The Great Strike: The Miners Strike of 1984-5 and its lessons.** International Socialism, Series 2, No. 27/28, 1985.

Disponível em:

<<https://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1985/miners/index.html>>, último acesso em 10/07/2022.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas.** Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Bertrand Brasil, 2002, pp. 9-10.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 3.** Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HUNTINGTON, S; CROZIER, M; WATANUKI, J. **The Crisis of Democracy.** New York: NewYork Univ Press, 1975.

JENKINSON, Martin; METCALF, Mark; HARVEY, Mark. **Images of the past: the miner's strike.** Pen & Sword History, Reino Unido, 2014, p. 27.

MENDONÇA, Sonia. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica.** Marx e o Marxismo. Vol. 2. N.2, Jan-Jul, 2014.